

## Apontamentos interpretativos e jornalísticos sobre a Amazônia: o discurso de Bolsonaro na ONU

*Interpretive and journalistic notes on the Amazon: Bolsonaro's speech at the UN*

*Apuntes interpretativos y periodísticos sobre la Amazonía: el discurso de Bolsonaro en la ONU*

Alda COSTA<sup>1</sup>  
Jússia VENTURA<sup>2</sup>  
Ivana OLIVEIRA<sup>3</sup>  
Raul VENTURA NETO<sup>4</sup>

### Resumo

Neste artigo, indagam-se quais sentidos são produzidos pelas narrativas jornalísticas sobre a Amazônia a partir do discurso do presidente Bolsonaro na ONU, em 2020, quando culpa indígenas e caboclos pelas queimadas. Problematizamos e demarcamos o silenciamento de vozes como uma categoria de violência do poder nas falas institucionais e narrativas jornalísticas diante dos fatos sociais. Analisamos 11 matérias veiculadas em jornais locais de seis dentre os nove Estados da Amazônia Legal. A partir

---

<sup>1</sup> Docente da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia - PPGCom/UFPA; coordena os projetos de pesquisa Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (Narramazônia) e Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia. E-mail: aldacristinacosta@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8430-5703>

<sup>2</sup> Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA, professora da Faculdade de Comunicação da UFPA. Integrante do Grupo de Pesquisa Narrativas Contemporâneas na Amazônia (Narramazônia). E-mail: [jussiac@gmail.com](mailto:jussiac@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2665-4400>

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (PPGCLC/UNAMA). Integrante do grupo e projeto de pesquisa Narrativas Contemporâneas na Amazônia- Narramazônia (Narramazônia). E-mail: [ivana.professora2020@gmail.com](mailto:ivana.professora2020@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3194-7259>

<sup>4</sup> Docente da Faculdade e do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA e doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Campinas. E-mail: [raulvneto@ufpa.br](mailto:raulvneto@ufpa.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7124-1002>



---

de uma visada teórico-metodológica da Hermenêutica em Profundidade (THOMPSON, 2011), tendo como técnica a análise narrativa, constatamos que, ainda é acionado um número restrito de ideias, centrando os fatos nos enquadramentos primários oficialistas, com ausência de vozes plurais na compreensão do universo político, econômico, cultural e social da Amazônia.

**Palavras-chave:** Amazônia; Narrativas jornalísticas; Presidente Jair Bolsonaro; ONU.

### Abstract

In this article, we ask what meanings are produced by journalistic narratives about the Amazon based on President Bolsonaro's speech at the UN in 2020, when he blames indigenous people and caboclos for the fires. We problematize and demarcate the silencing of voices as a category of violence of power in institutional speeches and journalistic narratives in the face of social facts. We analyzed 11 articles published in local newspapers in six of the nine states of the Legal Amazon. From a theoretical-methodological view of Hermeneutics in Depth (THOMPSON, 2011), using narrative analysis as a technique, we found that a limited number of ideas are still activated, focusing the facts on officialist primary frameworks, with the absence of plural voices. in understanding the political, economic, cultural and social universe of the Amazon.

**Keywords:** Amazon; Journalistic narratives; President Jair Bolsonaro; UN.

### Resumen

En este artículo nos preguntamos qué sentidos producen las narrativas periodísticas sobre la Amazonía a partir del discurso del presidente Bolsonaro en la ONU en 2020, cuando responsabiliza a indígenas y caboclos por los incendios. Problematizamos y delimitamos el silenciamiento de voces como categoría de violencia de poder en los discursos institucionales y narrativas periodísticas frente a los hechos sociales. Analizamos 11 artículos publicados en periódicos locales en seis de los nueve estados de la Amazonía Legal. Desde una mirada teórico-metodológica de la Hermenéutica en Profundidad (THOMPSON, 2011), utilizando como técnica el análisis narrativo, encontramos que aún se activa un número limitado de ideas, focalizando los hechos en marcos primarios oficialistas, con ausencia de voces plurales. en la comprensión del universo político, económico, cultural y social de la Amazonía.

**Palabras clave:** Amazonía; Narrativas periodísticas; el presidente Jair Bolsonaro; Naciones Unidas.

---

### Introdução

O discurso proferido pelo presidente Jair Bolsonaro a líderes mundiais, em setembro de 2020, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), provocou inquietação, inicialmente, a partir da seguinte declaração: “Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os



incêndios acontecem praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo<sup>5</sup> e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas<sup>6</sup>”. Tal discurso se configura contraditório diante dos noticiários mundiais sobre as queimadas da Amazônia, do Pantanal e do Cerrado. Em agosto de 2020, os incêndios na Amazônia superaram a média histórica, foram 29.307 registros de queimadas de 1º a 31 de agosto, isto é, 12,4% do total de queimadas praticadas durante todo ano, de acordo com Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)<sup>7</sup>.

No período da ditadura militar (1964-1985), quando houve uma ofensiva às terras da Amazônia, a devastação da cobertura vegetal não chegou à marca de 1% do território, de acordo com as imagens pioneiras do satélite de 1975, feitas na época pela Sudam e pelo IBDF<sup>8</sup> (atual Ibama). Violeta Loureiro (2002) retoma esses números, afirmando que, em 470 anos (de 1500 a 1970), 2% de toda a floresta amazônica fora destruída, mas que, em apenas 30 anos (1970 a 2000), conforme dados do INPE, 14% foram devastados. Hoje, pelos dados apresentados por Bolsonaro, ele “coloca na conta de indígenas e caboclos 135 mil km<sup>2</sup> de destruição de floresta úmida amazônica, atribuindo aos seus minifúndios e roças rotativas a destruição de máquinas poderosas e homens inescrupulosos do capitalismo mais selvagem que já dilapidaram o patrimônio da Terra” (PINTO, 2020, n.p.).

Ainda no pronunciamento à ONU, o presidente denuncia uma campanha de desinformação contra seu governo:

Somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal. A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações

---

<sup>5</sup> Consideramos importante referenciar o trabalho da antropóloga Rodrigues “Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença” (2006), pois nos alinhamos às suas concepções, que ao trabalhar o sentido de caboclo vai fazê-lo levando em conta a distinção imposta e construída historicamente, mas enquanto identidade e cultura de resistência. A abordagem feita pela autora é importante para a compreensão do processo de nomeação de tais sujeitos, seja qual for a sua natureza, para representação de cultura e identidade, não no sentido estrito mas sob critérios antropológicos complexos; e para incentivar o entendimento da formação regional amazônica, a fim de criação de políticas que assegurem direitos essenciais, assim como para combater os preconceitos enraizados por parte de pessoas que utilizam o termo em questão de forma negativa.

<sup>6</sup> O discurso foi realizado em ambiente virtual, em virtude da pandemia da Covid-19, em vídeo pré-gravado e apresentado no plenário pelo embaixador brasileiro na ONU, Ronaldo Costa.

<sup>7</sup> Informação disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/01/pantanal-tem-segundo-maior-numero-de-queimadas-para-agosto-desde-inicio-das-medicoes-focos-detectados-na-amazonia-superam-media-historica.ghtml>. Acesso em: out. 2020.

<sup>8</sup> Atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).



brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil (BOLSONARO, 2020).

O discurso de Bolsonaro nos interessa por veicular ideologias e mensagens que partem de uma liderança, por quem ocupa a posição de maior expressão política de um Estado. Os enunciados são apresentados a partir de uma perspectiva totalizante, porque vem de um orador que assume o papel da construção de um discurso de um período político. Nessa perspectiva, a fala presidencial é analisada como uma postura institucional e política do governo brasileiro frente a um compromisso mundial com o meio ambiente. O discurso do presidente representa a ‘instituição’ Brasil, diante de 193 líderes políticos que congregam para discutir os problemas que afetam a população mundial. Assim, percebe-se que essa fala é tomada ainda dentro de uma matriz dos enquadramentos noticiosos oficiais (PORTO, 1998; 2004; ROTHEBERG, 2007). Em que os jornalistas vão organizar suas reportagens a partir do uso de recursos como apresentação, seleção e ênfase sobre o que as autoridades estão dizendo sobre os fatos sociais ou sobre as posições institucionais ocupadas por essas mesmas autoridades. Isto é, enseja-se o enquadramento deste discurso como fonte jornalística primária e oficial (LAGE, 2005), e com poucos avanços nos enquadramentos com perspectivas equilibradas e plurais sobre temas de interesse público.

Logo, a fala presidencial e a ONU são compreendidas como instâncias de legitimação, pois implicam uma ordem institucional que envolve normas e conhecimentos dos seus papéis sociais. O jornalismo toma esse acontecimento como o aspecto temporal do fato social, determinado como valor-notícia (novidade, relevância, proximidade, entre outros) e o transforma em narrativa para a sociedade, considerando as relações estabelecidas com o real, a produção da informação e o interesse do público.

Destarte, partimos em busca de compreender os sentidos interpretativos do discurso do Presidente sobre a Amazônia, e as repercussões nas narrativas jornalísticas, contribuindo para desvelar os enquadramentos construídos sobre o território, a partir dos enunciados veiculados, que ainda se assemelham a um pensamento que, desde a chegada dos viajantes, no século XVI, até a atualidade, tenta encobrir a realidade dos seus povos, como critério para o reconhecimento na dinâmica das lutas ambientais. “A Amazônia é ocupada, primeiramente, pela imaginação fantasiosa do conquistador e, posteriormente, pelo imaginário moderno dos



naturalistas” (PIZARRO, 2012, p. 38). Como reforça Castro (2017, p. 7), a Amazônia está cada vez mais atravessada por conflitos, face a processos e decisões definidos por agentes governamentais e privados, “com poder hegemônico que pensam este espaço como oportunidades de mercado e de lucro fácil, reproduzindo as práticas coloniais, e bárbaras, de saque dos recursos naturais e da cultura, que atravessaram as Américas na colonização europeia”.

### **Tensionamentos**

Aliado aos resultados drásticos das queimadas no ano de 2020, um dos mais problemáticos do governo Bolsonaro, o relatório “Passando a Boiada”, do Observatório do Clima, divulgado em janeiro de 2021, diagnosticou um aprofundamento da crise na área ambiental, desde 2019, uma vez que sua administração tem trabalhado para “eliminar regulamentações, por um lado, e abdicar da gestão ambiental, por outro. [...] Ao mesmo tempo em que desmonta a governança ambiental construída desde a Constituição de 1988, o governo se recusa a fazer política pública [...]” (WERNECK *et al.*, 2021, p. 3). Esses dados contrariam a exposição de Bolsonaro na ONU. Em 2021, a gestão da Amazônia foi terceirizada para os militares e se tornou alvo de propostas de mudança no monitoramento do desmatamento (há 32 anos realizado pelo INPE); houve também controle das ONGs ambientais que trabalham com a região, desgaste de instrumentos de controle social com a nomeação de ruralistas, enfraquecimento da Lei de Acesso à Informação e a reativação do Conselho Nacional da Amazônia Legal, inativo desde 1990, com a entrega da coordenação ao vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB).

Nessa perspectiva, pensamos com Arendt (1994; 2007), no que se refere à sua compreensão entre poder e violência, mesmo entendendo a diferença estabelecida pela autora entre os dois, em que a política só existe se fundada sobre a verdade factual. Os fatos, afirma Arendt (2007, n.p), “são entidades infinitamente mais frágeis que os axiomas, as descobertas e as teorias – ainda que os mais desvairadamente especulativos – produzidas pelo espírito humano”. Desaparecida a política, só resta a violência, ou seja, o poder “corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto” (ARENDR, 1994, p. 36), e a violência como um recurso de caráter instrumental, que pode ser usado para obrigar o outro a agir de determinada maneira. É importante esclarecer que não tomamos os conceitos de Arendt, de poder



e violência, como apartados, mas observados dentro de uma lógica de análise dos processos políticos na sociedade, principalmente a partir de determinadas ações impostas aos indivíduos, mesmo que os fatos sociais se mostrem diferentes daquilo que está sendo produzido sobre a realidade. Lembra a autora a relação entre política e mentira, quando afirma que as mentiras políticas modernas tratam, de forma eficiente, de coisas que não são segredos de forma alguma, praticamente conhecidas por todos, mas que a verdade pode também se apresentar na falsificação de imagens de todo tipo, pois “ela não tem apenas o papel de idealizar a realidade, mas de substituí-la por completo. Tal substituto, por causa das tecnologias modernas e da mídia, destaca-se, evidentemente, mais do que o original (ARENDRT, 1968 apud DERRIDA, 1996, p. 13).

Indagam-se, assim, questões que provocam a escrita deste artigo, considerando as representações sustentadas pelas influências sociais midiáticas, que, segundo Moscovici (2011, p. 8), “constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros”. Entre essas questões estão: quais sentidos são produzidos pelas narrativas jornalísticas sobre a Amazônia, a partir do discurso do presidente Bolsonaro na ONU, em 2020, quando culpa os indígenas e caboclos pelas queimadas? Quais aspectos são evidenciados nos enquadramentos noticiosos? As narrativas apenas repercutem o discurso ou se apropriam de informações com a finalidade de contrapor a fala presidencial com relação à política ambiental no país? Problematizamos as construções e representações da Amazônia na fala presidencial e destacamos o silenciamento de vozes como uma categoria de violência do poder presente, tanto nas vozes institucionais como nas narrativas jornalísticas diante dos fatos sociais.

Para tanto, estabelecemos os seguintes objetivos: a) verificar a qualidade da informação jornalística sobre a Amazônia e a questão ambiental; b) compreender as representações e os sentidos produzidos pelo presidente Bolsonaro e os enquadramentos realizados, a partir dessa fala, pela mídia; c) identificar se as narrativas produzidas proporcionam interpretações que levem à compreensão dos efeitos da ação das sociedades sobre o meio ambiente e a importância de uma consciência ambiental.

Apontamos, preliminarmente, a partir de uma pesquisa e de um levantamento em construção sobre as representações da Amazônia no jornalismo (COSTA, 2021; DUTRA, 2016), ainda serem enunciados discursos que reverberam um território



equidistante, complexo e desconhecido, em que as informações transitam entre um vazio demográfico, apagamento histórico e uma invisibilidade dos habitantes. É uma Amazônia que impregna o imaginário coletivo, dando origem a um senso comum que tende a se tornar presente no texto jornalístico, que repete e reforça estereótipos do passado. Segundo Elaíze Farias (2020)<sup>9</sup>, da Agência Amazônia Real<sup>10</sup>, “Há um olhar etnocêntrico, que só se preocupa com o que acontece na região Norte, quando as consequências chegam ao Sul do país”. Por outro lado, a Amazônia é evocada como uma marca ou produto simbólico (AMARAL FILHO, 2016), que agregaria valor às estratégias de venda dos produtos produzidos a partir da matéria-prima existente em seu território.

### **Procedimentos metodológicos**

Como visada teórico-metodológica, tomamos a hermenêutica de profundidade de Thompson (2011), que objetiva a interpretação/reinterpretação de fenômenos significativos em três dimensões centrais, “[...] que devem ser vistas não como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo” (THOMPSON, 2011, p. 365), quais sejam: 1) análise sócio-histórica, com a reconstrução das condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas; 2) análise formal ou discursiva, que objetiva a organização interna das formas simbólicas, discutindo seus padrões e suas relações – nesta segunda fase, selecionamos os estudos de análise narrativa, pois o jornalismo, segundo Sodré (2010, p. 11), “são narrativas que inscrevem-se no lugar da mediação social de muitas sociedades, transportando para as histórias míticas seres comuns e ideais, terríveis, monstruosos e bondosos, marcados sempre por enredos que contêm projetos e angústias sociais”; e 3) interpretação/reinterpretação, que projeta significados possíveis a partir das dimensões anteriores, apresentando os diferentes sentidos dos sujeitos no mundo

---

<sup>9</sup> Webinar “Os desafios de cobrir a Amazônia em tempos de pandemia”, realizado em 5 de junho de 2020, Dia Mundial do Meio Ambiente, pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e o Amazon Rainforest Journalism Fund (Fundo de Jornalismo para a Floresta Amazônica, em português). Informação disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/jornalistas-apontam-caminhos-para-mudar-visao-colonizadora-sobre-a-regiao-amazonica>. Acesso em: 9 set. 2021.

<sup>10</sup> Amazônia Real (<https://amazoniareal.com.br>) é uma agência de jornalismo independente e investigativo, criada em 2013, em Manaus-Amazonas, com o objetivo de dar visibilidade às populações e questões do território.



sócio-histórico. Aliamos essas concepções, pensando uma hermenêutica em comunicação, amparada em discussões teóricas e analíticas que vão da construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2012) às representações sociais (MOSCOVICI, 2011) com base num referencial interpretativo dos enquadramentos jornalísticos, com informações abrangentes para permitir que os indivíduos elaborem conclusões a partir dos dados recebidos da mídia (ROTHERBERG, 2009).

Enfatizamos que o conhecimento é sempre produzido por meio da interação e comunicação e sua expressão está sempre ligada aos interesses humanos que nele estão implicados. Assim, “nunca é desinteressado; ao contrário, ele é sempre produto de um grupo específico de pessoas que se encontram em circunstâncias específicas, nas quais elas estão engajadas em projetos definidos” (BAUER; GASKELL, 1999 apud MOSCOVICI, 2011, p. 9).

### Corpus de análise

Como recorte exploratório realizamos, primeiro, um mapeamento das matérias publicadas de 21 a 25 de setembro de 2020, em três jornais de repercussão nacional (Quadro 01), e num segundo momento, como análise recorreremos aos jornais dos Estados da Amazônia Legal (Quadro 02), considerando, mesmo que não seja uma questão estrita, afeta toda uma nação, mas com consequências imediatas aos moradores e comunidades locais. Ou seja, a representação e repercussão do discurso de Bolsonaro junto à mídia que compõe a Amazônia Legal<sup>11</sup>. Dos nove Estados pesquisados, três não publicaram nenhuma notícia sobre o pronunciamento na ONU.

**Quadro 1:** Identificação do mapeamento (jornais nacionais)

Veículo	Quantidade de matérias
Folha de São Paulo	uma matéria
O Globo	duas matérias
O Estado de São Paulo	três matérias

Fonte: produzido pelas pesquisadoras (2020)

<sup>11</sup> Segundo dados do IBGE, a Amazônia Legal é compreendida pelos seguintes Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A região é composta por 52 municípios de Rondônia, 22 do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como por 181 municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste, dos quais 21 estão parcialmente integrados à Amazônia Legal. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 jan. 2021.

**Quadro 2:** Identificação do mapeamento (Estados da Amazônia Legal)

Estado	Veículo	Quantidade de matérias
Acre	Continelt - O Acre em um só lugar (site de notícias)	uma matéria
Pará	DOL (Diário Online - Versão online) e O Liberal (Jornal Impresso e site)	quatro matérias
Roraima	FOLHA BV - Folha de Boa Vista (Jornal Impresso e Portal online)	uma matéria
Amazonas	Jornal do Comércio (Jornal impresso e site) e Jornal A Crítica (Portal online)	três matérias
Mato Grosso	Matogrosso Mais (site de notícias)	uma matéria
Maranhão	O Estado (Jornal impresso e site de notícias)	uma matéria

Fonte: produzido pelas pesquisadoras (2020)

Como primeiro filtro, foi feita a pesquisa no domínio google.com.br, a partir das palavras-chave Bolsonaro+discurso+ONU+Amazônia, o que totalizou cerca de 85 matérias em veículos nacionais e internacionais, em formato de colunas opinativas, matérias televisivas e reportagens digitais. Filtramos 54 matérias digitais, excluindo colunas e matérias de TV. A maioria é proveniente da mesma agência de notícias e informa sobre o discurso do presidente, sem repercussão na narrativa jornalística local nem análise do impacto do conteúdo.

Os três jornais de maior circulação nacional<sup>12</sup> (O Globo, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo) tiveram baixa repercussão sobre o discurso do presidente. A Folha apenas apresentou o discurso na íntegra, sem matérias sobre o assunto; entretanto seus colunistas reverberaram o assunto no dia 24 de setembro, inclusive sugerindo que a “Folha se acovardou”, tendo em vista o silenciamento quase que completo do jornal de maior circulação nacional. O Globo produziu duas matérias, sendo uma delas checagem de fato e *fake* no pronunciamento de Bolsonaro e a outra, sobre as contradições do discurso presidencial na ONU. O Globo publicou um editorial contundente, intitulado “Bolsonaro não ajuda o Brasil na ONU”, responsabilizando o governo federal sobre o agravamento da pandemia e a devastação da Amazônia e do

<sup>12</sup> Pesquisa de Ranking feita pelo Instituto Verificador de Comunicação (ICV) em 2020.



Pantanal. Já as notícias do jornal O Estado de São Paulo foram replicadas posteriormente em vários jornais da Amazônia Legal, por meio da agência Estadão.

Nosso *corpus* é composto de onze matérias veiculadas em jornais locais de seis dentre os nove Estados da Amazônia Legal, pois Amapá, Rondônia e Tocantins não produziram material sobre a temática. Apenas três matérias foram de produção local, as outras oito foram reproduzidas de agências de notícias.

Este artigo foi dividido em três seções. Na primeira, fazemos uma análise sócio-histórica dos marcos conceituais sobre a Amazônia e o desmatamento, levando em conta as formas simbólicas que operacionalizam a sua construção. “As formas simbólicas representam algo, elas dizem alguma coisa sobre algo, e é esse caráter transcendente que deve ser compreendido pelo processo de interpretação” (THOMPSON, 2011, p. 376). Na segunda seção, procedemos à análise formal ou discursiva, com a caracterização da narrativa jornalística na compreensão dos sentidos sobre a Amazônia. Na última, tomamos a interpretação/reinterpretação como considerações finais e as concepções de sentidos referenciadas sobre a Amazônia no jornalismo. Nessa perspectiva, objetivamos apreender o tipo de orientação estruturada que marca as coberturas jornalísticas (HACKETT, 1984) sobre o desmatamento na Amazônia. Demarcamos que mesmo quando os receptores não incorporam as interpretações difundidas pela mídia, os enquadramentos midiáticos fornecem os mapas cognitivos que utilizamos para refletir sobre as questões públicas.

### **Contexto sócio-histórico: entre imaginário e violência**

A Amazônia, desde sua “invenção” (GONDIM, 2007), vive quase em permanente processo de afirmação e contradição, seja pelas narrativas que forjaram sua construção entre civilizados e incivilizados, modernidade e tradição, seja pelas informações que são veiculadas sobre o seu território e seus povos, que muitas vezes não correspondem à realidade, pois são reiteradas a partir de leituras opacas e enviesadas por ‘crenças’ e ‘certezas’ cristalizadas ao longo do processo de sua formação histórica e social, em que o pensamento ocidental/exógeno formatou o território. Se, por um lado, há um forte imaginário a partir do nome “Amazônia”, que é considerada a expressão mais popular do mundo; por outro, há um senso comum sustentado pelas noções de meio ambiente, biodiversidade, povos da floresta, expressões correntes e presentes em praticamente todos os escritos que têm sido produzidos sobre a região e “que frequentemente



carregam consigo conteúdos de imobilismo social e conservadorismo romântico, quando se trata sobretudo de lidar com a situação e o destino das populações locais” (PINTO, 2005, p. 99).

Nossas preocupações, em grande parte, estão num jornalismo que ainda teima em valorizar os sentidos que exprimem a realidade em termos unívocos, esquecendo que a realidade se diz de diferentes maneiras, logo, não se deve privilegiar uma delas em detrimento das outras. A compreensão desse pensamento é concebida numa dualidade entre imaginário mítico (exotismo e exuberância da natureza) e conflitos de violência, construído por aqueles que hierarquizam o mundo em civilizados e bárbaros ou, no mesmo processo, pela violência imposta aos habitantes da região amazônica.

Percebe-se que os enquadramentos midiáticos sobre a Amazônia ainda privilegiam falar de um território de modo homogêneo, ignorando a diversidade de realidades existentes, que vão desde os povos originários até a presença de migrantes oriundos de lugares distintos.

### **Questões contemporâneas e contradições cotidianas do território amazônico**

As construções discursivas sobre a Amazônia remontam um mundo desejado e sonhado pelo homem branco através do tempo, em que a colonização do imaginário precedeu a colonização do território (ARBEX JR., 2005), provocando a ideia de espaço sem gente, integração, nacionalismo, estigma de espaço vazio, ideia de fronteira e a necessidade de segurança (SOARES, F., 2019). É relevante enfatizar que a classificação de “terra sem gente” apontada na operação Amazônia, no governo militar, na década de 1960, foi investida de uma carga preconceituosa e xenófoba, pois negou o status de gente a mais de 170 povos indígenas e a alguns milhões de antigos habitantes do território (GAVRILOFF, 2005).

Do mesmo modo, configura uma tessitura da violência contra seus habitantes que perdura até os dias atuais. Um exemplo disso pode ser constatado no relatório Máfias do Ipê: como a violência e a impunidade impulsionam o desmatamento da Amazônia brasileira<sup>13</sup>, da Organização Internacional de Direitos Humanos (Human Rights Watch), de 2019, identificou que os principais responsáveis pelo desmatamento

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2019/09/17/333519>. Acesso em: 10 maio 2021.



são madeireiros e pecuaristas, que praticam o desmatamento em busca de madeiras nobres e de novas pastagens para o gado. Esses grupos, segundo o relatório, derrubam a floresta, utilizam documentos falsificados e tentam vender lotes de terras públicas, como áreas de preservação ambiental e terras indígenas.

Há pelo menos quatro décadas, desde quando a Amazônia foi transformada na principal fronteira de acumulação do capital nacional e internacional (BECKER, 1999), os formatos equivocados de financiamento a projetos agropecuários estimularam que a propriedade da terra rural se tornasse um ativo de forte viés especulativo para elites regionais articuladas a cadeias agropecuárias para exportação (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 54). Essa realidade resultou na formação de um mercado de terras contraditório, no qual a floresta originária (não mercadoria) é convertida em “Terras com Mata” (mercadoria) para, posteriormente, converterem-se em “Terras de Pastagem” ou “Terras de Lavoura” (COSTA, 2010).

Assim, há um pano de fundo material no nível do agente que estimula o desmatamento da floresta originária, seja durante períodos de aquecimento da economia, seja em momentos de favorecimento das exportações pela desvalorização do câmbio, como demonstraram Alencar e outros (2004). A possibilidade de ampliação de patrimônio e o recente favorecimento das exportações pela desvalorização do câmbio, ao longo de 2020, somados ao enfraquecimento das instituições de controle e monitoramento, como o INPE e o IBAMA, podem estar levando a um avanço na abertura de novas frentes de desmatamento, eliminando a “Terra com Mata”, em busca terra com maior valor de mercado.

Diferentemente do discurso negacionista e reacionário de Bolsonaro na ONU, pesquisas do início dos anos 2000 (MARGULIS, 2003; ALENCAR *et al.*, 2004) já apontavam a correlação que existe entre os mercados globais de madeira e o desmatamento da floresta amazônica. Em estudos mais recentes, os modelos projetados para estimar a redução da cobertura vegetal na região até 2030, sem o desmatamento proveniente da especulação fundiária ou da extração ilegal de madeira, indicavam que esse processo se encontrava, desde os anos de 2010, mais associado ao setor agroexportador, notadamente de bovinos e de produção de soja, do que a um eventual bom desempenho da economia brasileira de forma mais generalizada (CARVALHO; DOMINGUES, 2016).



Contra a trajetória de crescente mercantilização da terra a partir da destruição do bioma, as diversas tipologias de unidades de conservação implantadas na Amazônia, nas últimas décadas, têm-se mostrado barreiras fundamentais para conter o avanço do desmatamento na região, mesmo que ainda sejam insuficientes para impedir o empobrecimento das bacias hidrográficas, ecorregiões e habitats amazônicos (SOARES-FILHO *et al.*, 2005). A proporção de área desmatada em áreas protegidas ou unidades de conservação é significativamente inferior às regiões fora das áreas protegidas, variando de 1,5 a 4,7%, para valores entre 29,2% e 48,1% em áreas sem proteção, especialmente nos Estados de Mato Grosso, Rondônia e Pará (FERREIRA *et al.*, 2005).

A realidade quantificável que os estudos apresentam coloca em xeque as afirmações do Presidente na ONU, ao atribuir o aumento do desmatamento às populações tradicionais. É importante entender que, dadas as dimensões e a complexidade do território amazônico, se convive com uma desarticulação de grande parte da economia urbana da região com trajetórias tecnológicas de produção agroextrativistas que são capazes de gerar círculos virtuosos de crescimento endógeno, mantendo a floresta em pé (BECKER, 1999). Nesse contexto, o discurso do presidente, que nega a devastação da floresta tropical sob o falso argumento da abundância e dos recursos inesgotáveis, parece ser capaz de facilmente mobilizar um tensionamento entre a realidade e a produção de informações sobre a realidade.

### **O jornalismo e suas narrativas**

O jornalismo trabalha, em suas narrativas, com o conhecimento do senso comum, conhecimento do cotidiano dos indivíduos no mundo da vida, levando em conta suas relações com os eventos, os lugares, as instituições, as pessoas e as coisas que compõem essa realidade. “O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana” (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 40), um exercício de entendimento do mundo. É evidente que esse entendimento envolve construções e representações da realidade, dentro de um contexto histórico determinado socioculturalmente. Por outro lado, na construção dessa narrativa, deve-se compreendê-la a partir da sua intenção sobre o fundamento daquilo que ela quer dizer.



No jogo da relação entre realidade jornalística e realidade social, observa Tavares (2012) que o “fazer jornalístico’ compartilha de conceitos que permeiam o estoque cotidiano de conhecimentos, trazendo-os à tona e, portanto, reconhecendo-os de acordo com a sua própria lógica (editorial e institucional)”. Além disso, esse fazer coloca o “aqui e agora”, não pelo presente que evoca, mas “por situações e códigos culturais de variadas temporalidades e distintos espaços” que permitem certa “atualidade jornalística” e uma densa relação com a contemporaneidade (TAVARES, 2012, p. 12).

Pensar o jornalismo pelo viés da hermenêutica de profundidade, possibilita a compreensão de suas narrativas e sua relação com os acontecimentos na vida social. É pensar o mundo sócio-histórico não apenas como um campo-objeto que está ali para ser observado, mas ele é também um campo-sujeito que é construído, em parte, por sujeitos “que, no curso rotineiro de suas vidas quotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, e em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor” (THOMPSON, 2011, p. 358). Assim, os pesquisadores estão procurando “interpretar um objeto que pode ser, ele mesmo, uma interpretação, e que pode já ter sido interpretado pelos sujeitos que constroem o campo-objeto, do qual a forma simbólica é parte” (ibid, p. 359). Logo, seria uma reinterpretção de um campo pré-interpretado.

Por isso, entendemos o jornalismo como uma instituição que possibilita a extensão do conhecimento dos leitores, uma vez que tem por motivação “provocar o leitor a não reduzir o mundo apenas ao seu próprio universo de experiências” (FREITAS; BENETTI, 2017, p. 13). Do mesmo modo, não podemos esquecer que esse fazer também é marcado por contradições, silêncios e interditos.

Nossa abordagem relaciona a informação como matéria-prima do jornalismo, instituição social que opera na seleção, hierarquização, síntese e divulgação de acontecimentos considerados jornalisticamente importantes e interessantes para a sociedade. Assim, espera-se, de acordo com Alsina (2009, p. 269), o comprometimento do jornalista com o conhecimento divulgado, já que tem “um papel social institucionalizado e legitimado na transmissão do saber cotidiano” e deve agir como mediador dessa realidade interpretada. Nessa perspectiva, os jornalistas utilizam frames narrativos, com objetivo de enquadrar a complexidade do mundo.



Aqui, consideramos relevante apontar que os estudos do enquadramento jornalístico revelam a ação dos jornalistas para organizar a realidade política de forma compreensível para si próprios e para o público. Ou então, o que Thompson (1998) chama de mundaneidade mediada, uma compreensão do mundo realizada através de uma mediação de conteúdos mediados. Assim, a recepção das notícias seria uma prática hermenêutica, que implica certo grau de interpretação através do qual os produtos da mídia adquirem sentidos na interação com as pressuposições e expectativas dos receptores.

### Jornalismo sobre a Amazônia

Nossas análises problematizam a qualidade do jornalismo “sobre” (grifo nosso) a realidade da Amazônia, considerando que as informações, muitas vezes, partem de um senso comum alheio à vida nesse território. É sempre alguém que fala sobre a Amazônia, em específico, para o escopo do artigo, observam-se os marcos interpretativos dos enquadramentos das narrativas jornalísticas, pós-discurso de Bolsonaro na ONU.

Portanto, compreendemos as narrativas jornalísticas como a representação de um acontecimento por meio da linguagem, dentro de uma temporalidade referencial e em sequências. Isto é, além da intencionalidade, pretendem provocar efeitos de sentido no receptor a partir de uma lógica sequencial e temporal. Assim, nossas análises tomaram como base falas que tentam traduzir ou expressar uma lógica mais próxima à vida social cotidiana; o que e o como do presidente da República, ao enunciar dados da Amazônia ao mundo e como o jornalismo recebe essa informação enunciada (conforme Quadro 03). Entre realidade e fato há uma mediação, tanto de Bolsonaro quanto do jornalismo, pois os dois são intérpretes do acontecer social.

**Quadro 03** – Narrativas jornalísticas na Amazônia Legal

Estado	Jornal/mídia	Tipo de matéria	Título	Conteúdo
Amazonas	Acrítica.com (Portal online)	Agência Brasil	“Brasil é vítima de desinformação sobre meio ambiente”, diz Bolsonaro	Matéria apresenta o conteúdo do discurso do presidente Jair Bolsonaro na Assembleia. Destaca o rigor da legislação ambiental brasileira, mas lembrou a dificuldade em combater atividades ilegais na Amazônia, como incêndios, extração de madeira e biopirataria, devido à sua extensão territorial. Juntamente com o Congresso Nacional, está buscando a regularização fundiária da região, “visando identificar os autores desses crimes”.



Amazonas	Acritica.com (Portal online)	Produção local	“Culpa das queimadas na Amazônia é do agronegócio irresponsável”, diz Serafim	Destaque para a declaração do deputado Serafim Corrêa (PSB), que rechaçou a fala do presidente. Serafim culpa o agronegócio irresponsável: “Foram os índios que mantiveram a Amazônia absolutamente preservada, sem devastá-la, sem jogar fogo, sem fazer nenhum mal à floresta. Nós devemos muito a eles. Os incêndios, queimadas e a devastação vêm com o agronegócio irresponsável que avança pelo Mato Grosso e chega ao Sul do Amazonas e ao Sul do Pará”, explicou.
Amazonas	Jornal do Comércio	Agência Brasil	Brasil é vítima de desinformação sobre meio ambiente, diz Bolsonaro	Destaque para Jair Bolsonaro: o Brasil é vítima de “uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal”. Bolsonaro justificou que há interesses comerciais por trás das notícias sobre queimadas e desmatamentos e que os incêndios que atingem as florestas brasileiras são comuns à época do ano e ao trabalho de comunidades locais em áreas já desmatadas.
Acre	Contilnet – O Acre em um só lugar (site de notícias)	Agência Brasil	Na ONU, Bolsonaro diz que floresta amazônica não pega fogo no interior porque é úmida	Destaque para Jair Bolsonaro – o Brasil é “vítima” de uma campanha “brutal” de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal.
Roraima	FOLHA BV (Portal online)	Agência Brasil	Bolsonaro diz que organizações propagam mentiras sobre queimadas	Destaque para Jair Bolsonaro: o Brasil é vítima de “uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal”. O presidente justificou que há interesses comerciais por trás das notícias sobre queimadas e desmatamentos e que os incêndios que atingem as florestas brasileiras são comuns à época do ano e ao trabalho de comunidades locais em áreas já desmatadas.
Pará	DOL (Diário online – site notícias)	Produção local	"Delirante": Organizações condenam discurso de Bolsonaro na ONU	Jair Bolsonaro discursou e mais uma vez sua fala surpreendeu o mundo, negativamente. O presidente do Brasil fez um discurso em que negou simultaneamente a crise ambiental e a pandemia, chegando a responsabilizar os indígenas pelas queimadas que destroem 20% do Pantanal e uma parte incontável da Amazônia.
Pará	O Liberal (jornal impresso e site de notícias)	Agência Estadão Conteúdo	ABI diz que Bolsonaro mentiu em discurso na ONU	“O presidente responsabilizou índios e caboclos pelos incêndios na Amazônia e no Pantanal, que alcançam níveis nunca antes vistos no País. Todas as investigações, inclusive de órgãos oficiais, indicam que fazendeiros estão na origem das queimadas”, segue a mensagem da ABI.
Pará	O Liberal (jornal impresso e site de notícias)	Agência Estadão Conteúdo	Mídia internacional repercute discurso de Bolsonaro na Assembleia-Geral da ONU	O discurso do presidente Jair Bolsonaro, na manhã desta terça-feira, 22, teve rápida repercussão na imprensa internacional.
Pará	O Liberal (site de notícias)	Agência Estadão Conteúdo	Para Mourão, discurso de Bolsonaro na ONU está dentro da visão do governo	O vice-presidente, Hamilton Mourão, concordou com o discurso do presidente Jair Bolsonaro na ONU, disse que é preciso “contrapor a desinformação” quanto ao meio ambiente e destacou que a fala do presidente está dentro da visão do governo.
Maranhão	O Estado (site de notícias)	Produção local da editoria de política	Dino ataca Bolsonaro após discurso do Presidente na ONU	No discurso, Bolsonaro afirmou que a nação é “vítima de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal”. Foi o que incomodou o governador.
Mato Grosso	Matogrosso Mais (site de notícias)	Agência Brasil	Somos vítimas de campanha brutal de desinformação, diz Bolsonaro	O presidente Jair Bolsonaro, no discurso virtual durante a Assembleia da ONU, afirmou que a Covid-19 ganhou o centro de todas as atenções neste ano, e lamentou “cada morte ocorrida”. Ele também destacou as queimadas no Pantanal e na Amazônia, e disse que o país é “vítima de campanha brutal de desinformação”.

Fonte: Produzido pelas pesquisadoras/2020.



Nas nossas análises, delimitamos duas importantes dimensões de enquadramentos, uma vez que o indivíduo exterioriza seu próprio ser no mundo social e o interioriza como realidade objetiva. Tais dimensões foram caracterizadas entre: a) narrativas produzidas pelas agências de notícias e b) pelos jornais locais. Com a primeira dimensão, observamos um olhar mais distante dessa mesma realidade: o problema está lá, não entre todos, mas faz parte de uma parcela dessa população; com a segunda dimensão, um olhar mais crítico e próximo da realidade.

A matéria mais visibilizada entre os jornais da Amazônia Legal foi produzida pela Agência Brasil<sup>14</sup>, com destaque para o rigor, mencionado por Bolsonaro, da legislação brasileira contra as atividades ilegais na Amazônia:

Durante seu discurso, o presidente destacou o rigor da legislação ambiental brasileira, mas lembrou a dificuldade em combater atividades ilegais na Amazônia, como incêndios, extração de madeira e biopirataria, devido à sua extensão territorial. Ele ressaltou que, juntamente com o Congresso Nacional, está buscando a regularização fundiária da região, “visando identificar os autores desses crimes” (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Essa informação contraria a realidade que o país vinha vivendo, em que o governo Bolsonaro aprofundou, em 2020, o desmonte das estruturas de proteção socioambiental do Estado brasileiro e a terceirização administrativa da região, com resistências de instituições, da sociedade civil e da comunidade internacional.

É perceptível o uso de material de agências (produção exógena) em detrimento do trabalho jornalístico do próprio veículo, uma alternativa cada vez mais comum a partir do enxugamento das redações e precarização<sup>15</sup> dos processos de apuração e

---

<sup>14</sup> A Agência Brasil é uma agência pública de notícias gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e integra o complexo do sistema público de comunicação, junto com a TV Brasil, a Radioagência Nacional, as rádios MEC AM e FM, as rádios Nacional AM Brasília, AM Rio, FM Brasília, Nacional da Amazônia e Nacional do Alto Solimões. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/veiculos/agencia-brasil>. Acesso em: 10 jan. 2021.

<sup>15</sup>Essa precarização é discutida por Pickard (2020), observando que, na última década, o jornalismo comercial vem sofrendo um colapso do modelo de negócios, com um declínio na receita e no número de leitores, reduzindo a quantidade de funcionários das redações em todo o mundo quase pela metade, determinando uma precarização das abordagens e dos serviços noticiosos. Para o autor, o jornalismo real está desaparecendo e a desinformação está proliferando. Assim, a crise da imprensa é estrutural, e isso permite que regiões inteiras e questões fiquem descobertas em um momento em que informações confiáveis e reportagens mais robustas seriam necessárias. O resultado de tudo isso é o prejuízo de comunidades específicas e grupos mais vulneráveis, com a proliferação de desinformação em um deserto de notícias.



produção jornalísticas. As redações na Amazônia vivem nos últimos anos a integração dos processos produtivos da notícia e conseqüente redução de investimentos no aprofundamento da investigação, da setorização temática e da qualidade informativa. A maioria dos veículos analisados reproduz o discurso presidencial sem fontes locais como contraponto ou contextualização das afirmações proferidas na ONU. Privilegiam um enquadramento oficialistas das autoridades.

As narrativas analisadas utilizam como estratégia, via de regra, as aspas para identificar o autor do enunciado. Percebe-se que essa escolha pretende provocar um sentido nos leitores, pois está operando e, ao mesmo tempo, pondo em circulação uma versão sem reflexões ou correlações com a experiência vivida, a qual valoriza apenas uma versão do fato – o discurso presidencial.

Também fica clara, nas escolhas editoriais, a inquestionabilidade das agências de notícia. Os textos são utilizados integralmente, sem acréscimos, desmentidos ou análises críticas. Os conteúdos abordados nem sempre têm o enfoque relacionado às vivências locais, as produções são parciais e incompletas e os dados escolhidos nem sempre referenciam os problemas que particularizam a diversidade da Amazônia.

Outro aspecto ressaltado na cobertura analisada é a crítica do presidente aos discursos que desinformam sobre a região; em contrapartida, há um silêncio na mídia sobre a desinformação presente nas falas do próprio presidente, que ‘cultua’ essa desinformação como estratégia discursiva, negando a cientificidade dos dados sobre a região, produzidos por Institutos reconhecidos internacionalmente.

O silêncio também se faz presente quando a mídia não contrapõe a declaração de Bolsonaro de que as denúncias internacionais sobre os dados alarmantes do desmatamento na região são inflados por uma campanha contra o seu governo. O presidente não apresenta nenhum dado que corrobore essa afirmação. Mesmo assim, não há questionamento e nem pluralidade de vozes nas narrativas jornalísticas, apenas a reprodução do discurso, colaborando com a produção do sentido desinformativo.

A exceção está em uma matéria do jornal paraense *O Liberal*, com a repercussão do discurso, em nota emitida pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), criticando a postura do Presidente na ONU. A ABI refuta a ideia da origem das queimadas na Amazônia defendida pelo presidente, dizendo que “Todas as investigações, inclusive de órgãos oficiais, indicam que fazendeiros estão na origem das queimadas” (*O LIBERAL*, 2020).



As três matérias elaboradas pela agência Estadão Conteúdo têm uma narrativa similar: repercutem o discurso presidencial entre instituições, todavia desconsideram as vozes locais. A Amazônia permanece silenciada na escolha das fontes, com a invisibilidade das instituições científicas da região.

Quanto às vozes políticas, há uma alteração. Nas narrativas dos jornais do Amazonas, Maranhão e Pará, houve a busca por fontes locais, com a escuta da opinião de políticos regionais que fazem oposição ao presidente: deputado Serafim Corrêa (PSB) e o governador Flávio Dino (PCdoB), que teve sua declaração colhida na rede social *Twitter*, sem entrevistas, mas com o título “Dino ataca Bolsonaro após discurso do Presidente na ONU”. Mas, mesmo assim, percebe-se a chancela de enquadramentos institucionais.

A última matéria de produção local foi feita pelo Portal do Diário do Pará. A reportagem fala sobre a repercussão negativa entre “uma rede composta por mais de 50 organizações não governamentais que lutam pela defesa do meio ambiente se juntaram para condenar o discurso do presidente Jair Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas” (DOL, 2020). O texto é composto por notas das entidades, demonstrando a insatisfação com as desinformações apresentadas pelo presidente no discurso. Na produção da narrativa houve apuração junto a representantes de entidades de movimentos sociais.

Importante destacar uma ambivalência da produção de sentido sobre a Amazônia, tanto no discurso de Bolsonaro quanto na mídia, ao repercutir a fala dele na ONU. A região é referida com importância internacional, mas esvaziada como espaço de reivindicação local.

### **Interpretação e reinterpretação**

Ao compreender as formas simbólicas como fenômenos significativos que vão dos textos às ações, inferimos os elementos presentes na interpretação/reinterpretação da Amazônia a partir das informações produzidas tanto pelo discurso do presidente como pelas narrativas jornalísticas. As formas simbólicas, segundo Thompson, são construídas em suas dimensões intencional, convencional, estrutural, referencial e contextual. Ou seja, essas dimensões, em relação ao território amazônico, são acionadas tendo ainda a imanência de construções discursivas que oscilam entre a exotização e a salvação, sem considerar que subjacente ao desmatamento estão as



reservas indígenas e ambientais, a expropriação de populações indígenas e quilombolas, as áreas de garimpo, as regiões de conflitos fundiários - grilagem de terras, a extração criminosa de madeira e minério, as centenas de comunidades locais, entre outras questões sociais, e fundamentalmente a ausência do Estado.

Essas dimensões apontam, no caso do desmatamento na Amazônia, a pouca compreensão do que ela significa para os sujeitos locais e para a sociedade como um todo, em contraposição o seu caráter ideológico de representações e de normas que “fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir” (CHAUÍ, 2016, p. 245), entre a lógica da dissimulação e a lógica da ocultação.

Desse modo, a informação, assim como as representações sociais, configura-se como constructo de significação resultante dos processos de interação entre os sujeitos e os referenciais simbólicos que informam e modulam a vida cotidiana. Isto é, “Ao analisar esses traços e elementos, podemos aprofundar nossa compreensão do significado transmitido pelas formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p. 188). Já a dimensão referencial indica que tais construções representariam alguma realidade; em suma, que elas se referem a algo. Uma forma simbólica substitui ou representa um objeto, indivíduo ou situação. “[...] dizem algo sobre ele, isto é, afirmam ou declaram, projetam ou retratam” (THOMPSON, 2011, p. 191).

Em linhas gerais, constatamos, ao analisar os enquadramentos das narrativas dos jornais da Amazônia Legal, o silenciamento de informações mais qualificadas sobre o território e a questão ambiental, assim como a inexistência de vozes plurais na compreensão desse problema social. As pautas produzidas localmente não estabeleceram uma relação com as ‘vozes’ de instituições científicas de pesquisa da região sobre o meio ambiente e com entidades representativas dos povos indígenas, para colaborar na produção de sentido sobre a construção narrativa da região. Isso nos leva a pensar numa manutenção da estrutura social, a qual invisibiliza a Amazônia e sua população, em questões que envolvem política, desenvolvimento, meio ambiente e relações próprias territoriais.

Por outro lado e ao mesmo tempo, os avanços tecnológicos e as possibilidades de acessar um banco maior de fontes e informações não contribuíram para contrapor a desinformação gerada no discurso presidencial. Ainda é acionado um conjunto relativamente restrito de ideias para construir as representações passadas e presentes desse universo político, econômico, cultural e social em que se encontra a região,



---

independentemente de ter um valor simbólico inquestionável. Os discursos são “sobre” e não “da” Amazônia.

Os resultados sugerem uma invisibilidade da repercussão do discurso do presidente nas narrativas jornalísticas da Amazônia Legal. Nas abordagens existe um distanciamento, como se a Amazônia e o meio ambiente fossem ‘lá fora’, num espaço e tempo distantes, sem sujeitos sociais. As repercussões das estatísticas do desmatamento, por exemplo, não consideram as consequências para a vida dos amazônidas: pequenos produtores rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, migrantes, populações invisibilizadas tanto pelo poder público quanto pela própria mídia, que poderiam dar sentido à urgência do debate do “aqui e agora” e desmentir a culpabilização dessas comunidades.

Por outro lado, os dados apresentados pelo presidente estão em desacordo com os dados das instituições científicas, fato que gera um tensionamento entre ciência e política, e política e verdade. O tensionamento também é percebido na abordagem midiática, que não busca uma checagem de fatos, tampouco legitima a pesquisa científica feita na região.

A qualidade da informação ‘sobre’ e ‘para’ a região não remete aos efeitos sociais do discurso de Bolsonaro; está comprometida pela falta de investimentos dos veículos locais na repercussão jornalística especializada e pelo alinhamento desses veículos à política do presidente. É princípio indispensável da narrativa jornalística, como gênero discursivo, a compreensão e visibilidade do outro, seja respeitando as diversidades – dentro e fora da cobertura noticiosa –, seja assimilando a percepção que o outro terá do sentido expresso no ato de interpretar a partir das mediações apresentadas.

Diante disso, as reflexões e análises realizadas apontam para um ciclo de dissimulações que se mostra teimosamente interminável, cercando as discursividades da Amazônia em eventos como o do presidente na ONU. Assim, institucionaliza-se a desinformação e reforça-se o discurso da colonialidade pela produção do saber e do poder.

---

## Referências



ALENCAR, A.; NEPSTAD, N.; MCGRATH, D.; MOUTINHO, P.; PACHECO, P.; DIAZ, M. D. C. V e SOARES FILHO, B. **Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica**. Manaus: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), 2004, 89 p.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Tradução: Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AMARAL FILHO, Otacílio. **Marca Amazônia**: o marketing da floresta. Curitiba: CRV, 2016.

ARBEX JR., José. Terra sem povo: crime sem castigo: Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: TORRES, Maurício (org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR- Brasília: CNPq, 2005.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. **Verdade e Política**. In: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BECKER, Bertha. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, v. 4 n. 6, p. 29-42, 1999.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 34. ed. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARVALHO, T. S.; DOMINGUES, E. P. Projeção de um cenário econômico e de desmatamento para a Amazônia Legal Brasileira entre 2006 e 2030. **Nova Economia**, v. 26, n. 2, p. 585-621, 2016.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Introdução a territórios em transformação. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Territórios em transformação na Amazônia** – saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e educação**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016. Disponível em: . Acesso em 5 jun. 2022.

COSTA, Francisco de Assis. Mercado e produção de terras na Amazônia: avaliação referida a trajetórias tecnológicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 5, n. 1, p. 25-39, 2010.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 29, n. 2, nov. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/885>. Acesso em: 8 set. 2021.

FARIAS, Elaíze. Os desafios de cobrir a Amazônia em tempos de pandemia. [Webinar]. In: **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI); AMAZON RAINFOREST JOURNALISM FUND (FUNDO DE JORNALISMO PARA A FLORESTA AMAZÔNICA)**, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/jornalistas-apontam-caminhos-para-mudar-visao-colonizadora-sobre-a-regiao-amazonica>. Acesso em: 9 set. 2021.

FLORIDI, Luciano. What is the Philosophy of Information? **Metaphilosophy**, v. 33, n. 1-2, p. 123-145, jan. 2002. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9973.00221/epdf>. Acesso em: 8 set. 2021.



FREITAS, Camila; BENETTI, Márcia. Alteridade, outridade e jornalismo: do fenômeno à narração do modo de existência. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n. 2, p. 10-29, ago. 2017.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

GAVRILOFF, Alexandre. De sangue e de soja, um asfalto sobre corpos (Apresentação). In: TORRES, Maurício (org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR- Brasília**: CNPq, 2005.

FERREIRA, Leandro Valle, VENTICINQUE, Eduardo, ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos Avançados** [online]. v. 19, n. 53, pp. 157-166, 2005 (Acessado 13 maio 2021).

LOUREIRO, Violeta Rafkalefky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Revista da USP**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 45, n. 16, 10-121, 2002.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento da Amazônia brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2003. 100 p.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução: Pedrinho Guareschi. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (Human Rights Watch). **Máfias do Ipê: como a violência e a impunidade impulsionam o desmatamento da Amazônia brasileira**. 17 set. 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2019/09/17/333519>. Acesso em: 10 maio 2021.

PICKARD, Victor. **Democracy without journalism? Confronting the Misinformation Society**. Oxford University, 2020.

PINTO, Lúcio Flávio. Bolsonaro, o mentiroso. **Amazônia Real**. 22 set. 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/bolsonaro-o-mentiroso>. Acesso em: 30 out. 2020.

PINTO, Renan Freitas. A viagem das ideias. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/93ScQvKBxmqZsLj7dhprYXJ/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PIZARRO, Ana. **Amazônia, as vozes do rio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA, 2004, p. 73-104. Disponível em: <https://cutt.ly/tHrjbYB>. Acesso em: 24 abr. 2022.

PORTO, M. Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 17-25, 1998. Disponível em: <https://cutt.ly/ZGOAGwl>. Acesso em: 30 abr. 2022.

ROTHBERG, D. Enquadramento e metodologia de crítica de mídia. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO**, 5, 2007, Aracaju. Anais... Brasília: SBPJor, 2007. Disponível em: <https://cutt.ly/VGe9HAT>. Acesso em: 05 abr. 2022.



---

SILVA, Gislene. Jornalismo e construção de sentido: pequeno inventário. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 2, 2º semestre 2005.

SOARES-FILHO, B. S. et al. Cenários de desmatamento para a Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 137-152, 2005.

SOARES, Filipi. As raízes discursivas da intervenção militar. Nova Revista Amazônica – V. VII. - Nº 03 – dezembro, 2019.

SODRÉ, Muniz. Jornalismo como campo de pesquisa. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 2, p. 7-16, dez. 2010.

TAVARES, Frederico M. B. Entre a realidade jornalística e arealidade social: o jornalismo como forma de acesso ao cotidiano. **E-Compós**, Brasília, v. 15, n. 1, 1-16, jan./abr. 2012.

THOMPSON. John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria** social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

WERNECK, Felipe; SORDI, Jaqueline; ARAÚJO, Suely; ANGELO, Claudio. Passando a boiada: o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. **Observatório do Clima**. jan. 2021. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/01/Passando-a-boiada-1.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

★

Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.